



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 550721 - MG (2019/0367457-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LUCIANA LOIOLA SANTANA
ADVOGADO : LUCIANA LOIOLA SANTANA - MG180366
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : M G V (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de M G V contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.136022-1/000).

Infere-se dos autos que o paciente foi denunciado por suposta infração ao art. 217-A do Código Penal, por ter, em tese, praticado atos libidinosos com uma menina de 13 anos.

Diante da não localização do paciente para a realização da citação, foi determinada a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional e decretada a sua prisão preventiva. Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal de origem que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 44):

EMENTA: HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PACIENTE QUE SE MANTINHA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS ELENCADOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA PARA OBSTAR A CONSTRIÇÃO CAUTELAR. A manutenção da prisão preventiva justifica-se para garantir a aplicação da lei penal, tendo em vista os indicativos de que o paciente se manteve em local incerto e não sabido, o que inclusive levou à sua citação por edital. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para inibir a custódia cautelar, uma vez demonstrada a necessidade de sua manutenção.

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, que foi tentada a citação do paciente no endereço indicado nos autos, mas "uma moradora, respondeu que este se mudou para local incerto e não sabido, motivo pelo qual não certificou sua citação, bem como não houve mais nenhuma tentativa de citação no referido endereço" (e-STJ fl. 4).

Insiste que o oficial de justiça diligenciou apenas uma vez no endereço indicado, não se podendo falar, portanto, que o paciente deixou de responder os chamados da Justiça.

Assevera que não foram esgotados todos os meios de localização do acusado. Afirma que "o Paciente M não morava no endereço informado na época dos fatos: Rua Jó, nº 254, Canaãzinho. Disse desconhecer a pessoa que informou que se mudou de nome

'Geralda', pois não imaginou que se tratava justamente da Locadora do imóvel e desconhece o nome completo da mesma, mas nada disso, fundamento o motivo de 'assegurar a aplicação da lei penal', pois o Paciente não teve intenção em momento algum de furtar-se aos 'chamados da Justiça' e não pode ser responsabilizado pelo equívoco por parte dos policiais e delegacia que confeccionaram o endereço dos fatos como endereço do Paciente." (e-STJ fl. 7).

Reitera que só passou a residir no endereço que foi procurado após a tentativa de citação.

Ressalta, ainda, que o réu foi preso justamente no endereço residencial.

Sustenta não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sublinha ser o réu pessoa idônea, primária, portadora de bons antecedentes, além de trabalhar como autônomo e possuir residência certa.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 200/206) e prestadas as informações (e-STJ fls. 212/229), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (e-STJ fls. 233/236).

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido por ausência de regularidade formal, qual seja, a adequação da via eleita.

De acordo com a nossa sistemática recursal, o recurso cabível contra acórdão do Tribunal de origem que denega a ordem no *habeas corpus* é o recurso ordinário, consoante dispõe o art. 105, II, "a", da Constituição Federal. Do mesmo modo, o recurso adequado contra acórdão que julga recurso em sentido estrito é o recurso especial, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal.

Acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, estes julgados: HC 313.318/RS, Quinta Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, julgamento em 7/5/2015, DJ de 21/5/2015; HC 321.436/SP, Sexta Turma, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, julgado em 19/5/2015, DJ de 27/5/2015.

No entanto, nada impede que, de ofício, este Tribunal Superior constate a existência de ilegalidade flagrante, circunstância que ora passo a examinar.

Cabe notar que, não obstante a superveniência de novo título, este não acrescentou novos elementos ao decreto preventivo anteriormente proferido. Ora, “A jurisprudência da Quinta Turma deste Tribunal Superior é pacífica no sentido de que a r. sentença condenatória somente constitui novo título para fins de prisão preventiva se apresentar novos fundamentos para manter a segregação cautelar” (RHC n. 120.846/BA, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

Assim, conveniente a apreciação das alegações apresentadas na impetração.

A prisão preventiva é uma medida excepcional, de natureza cautelar, que autoriza o Estado, observadas as balizas legais e demonstrada a absoluta necessidade, a restringir a liberdade do cidadão antes de eventual condenação com trânsito em julgado (art. 5º, LXI, LXV, LXVI e art. 93, IX, da CF).

Para a privação desse direito fundamental da pessoa humana, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime, da presença de indícios suficientes da autoria e do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal, que assim dispõe:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

Quanto aos pressupostos/requisitos da prisão preventiva, colhem-se estas lições do Professor Guilherme de Souza Nucci:

*Entende-se pela expressão **[garantia da ordem pública]** a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente.*

***[A conveniência da instrução processual]** é motivo resultante da garantia da existência do devido processo legal, no seu aspecto procedimental. A conveniência de todo processo é realização da instrução criminal de maneira lisa, equilibrada e imparcial, na busca da verdade real, interesse maior não somente da acusação, mas, sobretudo, do réu. Diante disso, abalos provocados pela atuação do acusado, [...] a fuga deliberada do local do crime, [...] dentre outras.*

*Asseguração da **aplicação da lei penal**: significa garantir a finalidade útil do processo, que é proporcionar ao Estado o exercício do seu direito de punir, aplicando a sanção devida a quem é considerado autor de infração penal.*
(NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense: 2014, p. 699, 708 e 710).

Embora a nova redação do referido dispositivo legal tenha acrescentado o novo pressuposto – demonstração do perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado –, apenas explicitou entendimento já adotado pela jurisprudência pátria ao abordar a necessidade de existência de *periculum libertatis*. Portanto, caso a liberdade do acusado não represente perigo à ordem pública, econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, não se justifica a prisão. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal:

[...] . 7. O requisito do periculum libertatis exige a demonstração do perigo, atual ou futuro, decorrente da liberdade dos imputados. 8. Para que o decreto de custódia cautelar seja idôneo, é necessário que o ato judicial construtivo da liberdade traga, fundamentadamente, elementos concretos aptos a justificar tal medida. Precedentes. 9. É imprescindível apontar-se uma conduta dos réus que permita imputar-lhes a responsabilidade pela situação de perigo à genuinidade da prova. [...] (HC n. 137.066/PE, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 21/02/2017, DJe 13/03/2017).

[...]. Prisão preventiva. Decretação por força da mera gravidade da imputação, sem base em elementos fáticos concretos. Inadmissibilidade. Medida que exige, além do alto grau de probabilidade da materialidade e da autoria (fumus commissi delicti), a indicação concreta da situação de perigo gerada pelo estado de liberdade do imputado (periculum libertatis) e a efetiva demonstração de que essa situação de risco somente poderá ser evitada com a máxima compressão da liberdade do imputado. Necessidade, portanto, de indicação dos pressupostos fáticos que autorizam a conclusão de que o imputado, em liberdade, criará riscos para os meios ou o resultado do processo. [...] (HC n. 122.057/SP, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 02/09/2014, DJe 10/10/2014).

[...] III. Prisão preventiva: à falta da demonstração em concreto do periculum libertatis do acusado, nem a gravidade abstrata do crime imputado, ainda que qualificado de hediondo, nem a reprovabilidade do fato, nem o conseqüente clamor público constituem motivos idôneos à prisão preventiva: traduzem sim mal disfarçada nostalgia da extinta prisão preventiva obrigatória. (RHC n. 79.200/BA, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 22/06/1999, DJU 13/08/1999).

Idêntica é a posição desta Corte:

[...]. 4. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis. [...] (RHC n. 97.893/RR, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PECULATO E LAVAGEM DE CAPITAIS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

2. [...] Como é cediço, a segregação preventiva, como medida cautelar

acessória e excepcional, que tem por escopo, precipuamente, a garantia do resultado útil da investigação, do posterior processo-crime, da aplicação da lei penal ou, ainda, da segurança da coletividade, exige a efetiva demonstração do periculum libertatis e do fumus comissi delicti, nos termos do art. 312 do CPP. [...] (HC n. 503.046/RN, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019)

Exige-se, ainda, na linha inicialmente perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, e agora normatizada a partir da edição da Lei n. 13.964/2019, que a decisão esteja pautada em motivação concreta de fatos novos ou contemporâneos, bem como demonstrado o lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revelem a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime.

Nesse sentido:

[...] III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal [...]. (HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015)

[...] 2. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da providência extrema, nos termos dos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. [...]. (HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 02/10/2014, DJe 13/10/2014)

No caso, ao examinar a matéria, o Tribunal manteve a custódia, citando a decisão de primeiro grau e ponderando o seguinte (e-STJ fls. 47/50):

Eis o teor da decisão que decretou a segregação cautelar do paciente e daquela que indeferiu o pedido de sua revogação (ordens 13 e 19):

“(...)Tendo sido o réu citado por edital (fls. 39), e não apresentado resposta à acusação, nos termos do art. 396 do CPP (fls. 53), suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, por força do art. 366 do CPP, decretando-lhe a prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal, pois o denunciado está em lugar incerto e não sabido.(...)”. (grifo meu)

“(...) Ressalte-se que não sobreveio qualquer fato novo que ensejasse a modificação dos fundamentos da decisão que decretou a prisão preventiva do suplicante, acrescentando ainda que ele não comprovou seu novo endereço, indicando o mesmo onde não foi anteriormente encontrado (fls. 35), estando presentes elementos da autoria e materialidade em relação ao delito denunciado, devendo tal crime ser tratado pelo Judiciário com o rigor

imposto pela legislação, não se prestando este procedimento para apreciação de provas, a qual será feita nos autos principais, na oportunidade própria. (...)”. (grifo meu)

Forçoso reconhecer, pela leitura dos extratos acima, que a prisão cautelar revela-se correta e necessária frente ao disposto no artigo 312 do Código de Processo Penal, sendo certo que a medida excepcional se justifica para garantir a aplicação da lei penal, tendo-se em vista que há indicativos concretos a apontar que M.G.V.(ouvido na Delegacia-ordem 11, fs. 09/10) se mudou do imóvel que informou residir nos autos, sem apontar novo endereço em que efetivamente poderia ser localizado, já que foi certificado pelo oficial de justiça que, segundo a moradora do endereço indicado, Geralda dos Santos Martins, o paciente se mudou para local incerto e não sabido (ordem 15, f. 02), não respondendo aos chamados da Justiça, o que levou à sua citação por edital(ordem 15, f. 04).

No ponto, importante registrar que, embora a impetração alegue na petição inicial que “consta na certidão do ato pelo Oficial de Justiça, uma moradora, que o Acusado desconhece, respondeu que este se mudou para local incerto e não sabido” (grifo meu), trouxe aos autos comprovante de residência e “declaração informal de aluguel” (ordem 09), apontando “Geralda dos Santos Martins” como a proprietária do mesmo imóvel em que foi tentada a citação pessoal do paciente, a qual teria supostamente alugado a casa “informalmente” a ele.

Ou seja, verifica-se que os documentos trazidos aos autos pela defesa indicam como proprietária do imóvel, aparentemente, a mesma pessoa mencionada pelo oficial de justiça, que o informou que o paciente havia se mudado para local incerto e não sabido. Vale registrar também que a “declaração informal de aluguel” está datada de 10 de outubro de 2019, ou seja, data posterior a decretação da prisão do paciente (datada de 03 de abril de 2019).

Ademais, verifico que não foi trazido aos autos nenhum documento apto a comprovar a alegação defensiva que o paciente foi efetivamente preso no mesmo local em que houve a tentativa de sua citação pessoal (ônus da impetração), tendo sido registrado pela autoridade impetrada em ordem 22 que não foi possível obter informação acerca do efetivo endereço em Ipatinga em que foi cumprido o mandado de prisão; valendo registrar ainda que o mandado foi cumprido cerca de 05 meses após o decreto preventivo (no dia 10/09/2019).

Assim, a despeito das alegações defensivas, tenho que as mencionadas circunstâncias sinalizam que o paciente se manteve em local incerto e não sabido e não apontou novo endereço em que efetivamente poderia ser localizado, o que, via de consequência, revela a necessidade de se recrudescer a proteção cautelar à efetividade da aplicação da Lei.

É oportuno salientar que a constatação de que o acusado se encontrava em lugar incerto e não sabido ou a sua fuga do distrito da culpa é suficiente para autorizar a decretação da prisão preventiva.

A não localização do réu constitui causa suficiente e bastante, por si, à decretação da prisão preventiva, como se vê em entendimento pretoriano (v.g. Súmula Criminal n. 30 do Eg. TJMG) e na própria diretriz dada pelo Legislador ao editar a vigente dicção do art. 366 do CPP.

A jurisprudência é uníssona nesse sentido:

EMENTA: HABEAS CORPUS - FURTO QUALIFICADO TENTADO - DECISÃO FUNDAMENTADA -CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL -LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO -APLICAÇÃO DA LEI PENAL -ORDEM DENEGADA. -Não há constrangimento ilegal quando a decisão que decretou a prisão preventiva está devidamente fundamentada nos requisitos do art. 312 do CPP, satisfazendo o fumus commissi delicti e o periculum libertatis consubstanciado na conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da Lei Penal, uma vez que o paciente, apesar de

beneficiado anteriormente pela liberdade provisória, não é encontrado no local indicado como sua residência, conforme permite o artigo 366 do CPP. - O descumprimento das condições impostas quando da liberdade provisória, enseja novo decreto de prisão. -O fato do paciente estar em lugar incerto e não sabido, justifica, por si só, a decretação da prisão preventiva, conforme inteligência da Súmula nº. 30 deste Tribunal. (Habeas Corpus 1.0000.12.091581-4/000, Relator(a): Des.(a) Cássio Salomé , 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 30/08/2012, publicação da súmula em 06/09/2012).

Com efeito, em análise de cuidado e proteção ao corpo social a ser feita no juízo de risco próprio desta fase processual, julgo que não se pode, in casu, falar em ilegalidade das decisões de base, constituindo-se a manutenção da prisão do paciente em medida necessária para a aplicação da lei penal.

Pelos mesmos fundamentos expendidos acima, entendo pela impossibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a meu ver, são insuficientes e ineficazes para a plena garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Além disso, o crime de estupro de vulnerável, por cuja suposta autoria o paciente foi preso reclama, no preceito secundário da respectiva norma penal incriminadora, pena máxima superior a quatro anos, o que, per se, preenche o requisito descrito no inciso I do artigo 313 do CPP, constituindo-se em mais dos pressupostos a justificar, em sua modalidade preventiva, a segregação cautelar do agente.

Donde se afigurar inadequada, por ora, a pretendida revogação da prisão preventiva, patenteadas que estão, nestes autos de habeas corpus, as condições veiculadas nos artigos 312, 313, I, do Código de Processo Penal.

Dessarte, presentes os requisitos da prisão preventiva, não há falar-se em transgressão ao postulado da presunção de inocência (ou de não-culpabilidade). Do contrário, não haveria prisões cautelares, mas apenas definitivas, sendo certo que ambas as modalidades têm respaldo em nosso ordenamento jurídico-constitucional.

A simples existência de condições pessoais favoráveis e/ou o fato de ter sido constituído advogado nos autos de origem não tem o condão, por si, de desconstituir a segregação cautelar do indivíduo, no caso em comento. Não são tais condições garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade, quando os elementos do caso em concreto apontam como necessária a manutenção da segregação preventiva.

Ante o exposto, não demonstrado o alegado constrangimento ilegal, DENEGO A ORDEM IMPETRADA.

Cumpre verificar se o cárcere preventivo foi decretado em afronta aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal e sem fundamentação idônea, como aduz a inicial.

Ora, é da jurisprudência pátria a impossibilidade de se recolher alguém ao cárcere se inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

No ordenamento jurídico vigente, a liberdade é a regra. A prisão antes do trânsito em julgado, cabível excepcionalmente e apenas quando concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, deve vir sempre baseada em

fundamentação concreta, não em meras conjecturas.

Note-se ainda que a prisão preventiva se trata propriamente de uma prisão provisória; dela se exige venha sempre fundamentada, uma vez que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (Constituição da República, art. 5º, inciso LXI), mormente porque a fundamentação das decisões do Poder Judiciário é condição absoluta de sua validade (CRFB, art. 93, inciso IX).

No caso, como se vê, a tentativa de citação do réu foi infrutífera, o que motivou a ordem de citação por edital. Somente após o transcurso do prazo da citação editalícia, foi decretada a prisão preventiva ora em comento. No ponto, cumpre ainda, **assinalar que a tentativa frustrada de citação do paciente se deu no endereço constante do Termo de Declaração do réu** (e-STJ fl. 186) que coincide com o local atualmente indicado pelo mesmo como de sua residência.

Além disso, embora o réu alegue desconhecer a moradora do endereço indicado como sua residência, Geralda dos Santos Martins, que, no momento da tentativa de citação, afirmou ao oficial de justiça que o réu havia se mudado para local incerto, a própria defesa apresenta uma declaração informal de aluguel, apontando a Sra. Geralda como a proprietária do imóvel. Assim, não há como acolher a tese defensiva.

Ora, ao acusado que comete delitos, o Estado deve propiciar meios para o processo alcançar um resultado útil. Assim, determinadas condutas, como a não localização, ausência do distrito da culpa, a fuga (mesmo após o fato) podem demonstrar o intento do agente de frustrar o direito do Estado de punir, justificando, assim, a custódia.

Isso porque “nos termos da jurisprudência desta Quinta Turma, a evasão do distrito da culpa, comprovadamente demonstrada nos autos e reconhecida pelas instâncias ordinárias, constitui motivação suficiente a justificar a preservação da segregação cautelar para garantir a aplicação da lei penal” (AgRg no RHC n. 117.337/CE, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 21/11/2019, DJe 28/11/2019).

Não é outra a conclusão da Suprema Corte, que entende que “a fuga do acusado do distrito da culpa é fundamento hábil a justificar a constrição cautelar com o escopo de garantir a aplicação da lei penal. Precedentes” (AgRg no HC n. 127.188/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 19/05/2015, DJe 10/6/2015).

Cabe ainda ponderar que a necessidade da segregação fica reforçada na hipótese dos autos, em que sobreveio a sentença, tendo o recorrente respondido a toda a ação penal preso, uma vez que a existência de édito condenatório enfraquece sua

presunção de não culpabilidade, de modo que se mostra adequada a manutenção da prisão.

Registre-se, ainda, que as condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Mencione-se que “é firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido de que as condições subjetivas favoráveis do Agravante, tais como emprego lícito, residência fixa e família constituída, não obstam a segregação cautelar.” (AgRg no HC n. 127.486/SP, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 05/05/2015, DJe 18/05/2015).

Do mesmo modo, segundo este Tribunal, “a presença de condições pessoais favoráveis não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.” (HC n. 472.912/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 05/12/2019, DJe 17/12/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator